

Uma Visão Multistakeholder da Delegação Brasileira sobre a ISO 26000-Governo

Andréa Santini Henriques e Cristiana Malfacini Melo

Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial)
Observadoras da delegação brasileira

A decisão da ISO de elaborar uma norma de responsabilidade social, tendo em vista a legitimidade e o prestígio já adquiridos por essa organização internacional, traz credibilidade e força ao movimento da Responsabilidade Social(RS), que tende cada vez mais a crescer e se consolidar.

Em relação à categoria de *stakeholder* governo — a qual o Inmetro representa —, entendemos que a ISO 26000 também pode levar a importantes transformações. A responsabilidade social convida a todos os atores da sociedade para um novo pacto global e, nesse pacto, a correlação de forças se altera. Se antes se esperava que a resolução de todos os problemas sociais estivesse exclusivamente a cargo do governo, hoje a RS traz um novo olhar, propondo a responsabilidade compartilhada entre os diversos setores da sociedade na busca da inclusão social, da promoção da cidadania e da sustentabilidade planetária.

Nesse sentido, a RS propõe uma aliança estratégica entre os diversos setores da sociedade, conclamando que cada um exerça o poder que lhe é mais peculiar, mais característico. O governo, com seu poder político; o setor produtivo, com seu poder econômico; a sociedade civil organizada, com seu poder ideológico, seu conhecimento e sua inventividade.

Um dos principais desafios da futura norma será chegar ao consenso sobre questões e temas complexos, respeitando as particularidades culturais, mas cuidando para que essas peculiaridades não sejam pretexto para a violação de direitos humanos fundamentais. Outro grande desafio será a implementação, o monitoramento e a busca da melhoria contínua, em especial, para as micro e pequenas empresas.

Já as oportunidades são muitas. O próprio processo de construção da norma, de caráter *multistakeholder* e liderado por um país em desenvolvimento — o Brasil —, já representa uma rica oportunidade. Outra grande oportunidade é a

consolidação da futura ISO 26000 como uma das principais ferramentas para o desenvolvimento sustentável, congregando as diversas referências existentes.

O Inmetro tem como uma de suas principais tarefas o desenvolvimento de programas de avaliação da conformidade, no qual a certificação é apenas um dos mecanismos utilizados. Atendendo à demanda da sociedade por programas de avaliação da conformidade, o Inmetro criou os seguintes critérios de priorização: saúde, segurança, meio ambiente, proteção ao consumidor, fortalecimento do mercado interno e impacto na balança comercial. Mais recentemente, na revisão de seu planejamento estratégico, incorporou mais dois critérios: inclusão social e desenvolvimento sustentável.

A norma ISO de RS atenderia, em tese, a praticamente todos os critérios de priorização, tornando-se, então, uma das prioridades do Inmetro para o desenvolvimento de um programa de avaliação da conformidade. Entretanto, ao decidir fazer uma norma de diretrizes, sem finalidade de certificação e sem características de sistema de gestão, a ISO opta por uma forma mais suave de indução à RS.

Paralelamente, o Brasil elaborou, por meio da ABNT, uma norma de sistema de gestão da responsabilidade social, a ABNT NBR 16001. O Inmetro concluiu um programa de avaliação da conformidade para essa norma, cujo mecanismo de avaliação será a certificação. É provável que, quando a ISO 26000 for concluída, a norma nacional sofra uma revisão para se alinhar à ISO 26000. Ao lançar esse programa de avaliação da conformidade para responsabilidade social, o Inmetro está também promovendo a divulgação das questões relativas à RS.

Quanto ao envolvimento brasileiro da categoria governo na construção da ISO 26000, o processo é ainda inicial, mas algumas entidades governamentais já estão engajadas. Além do

Inmetro, que representa o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, participam ativamente o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e também o Ministério da Ciência e Tecnologia, como especialista da delegação brasileira na categoria governo.

Entendemos que iniciativas como esta que o Instituto Ethos está promovendo são fundamentais

para a disseminação e o envolvimento de todas as categorias de *stakeholders*, o que é condição *sine qua non* para que todas estejam bem representadas, com posições consensadas, e tenham seus interesses e visões refletidos nas delegações nacionais.

Por fim, outro importante instrumento de disseminação, obviamente, é a mídia, que devemos aproveitar para, a cada oportunidade, divulgar o que está ocorrendo.